



CADERNO DE DEBATE
ORIENTAÇÕES PARA COMPREENSÃO DOS
EIXOS TEMÁTICOS
REFERENTES AO SISTEMA ESTADUAL DE ESPORTE E LAZER

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de subsidiar a reflexão, o diálogo e a formulação de propostas pelos participantes da Conferência Estadual de Esporte e Lazer, apresentamos este texto introdutório que contextualiza os Eixos Temáticos e propõe questões orientadoras para o debate. A intenção é contribuir para a compreensão dos principais desafios relacionados à estrutura, à organização institucional, à formação e valorização dos recursos humanos, à gestão democrática e ao controle social, bem como ao financiamento das políticas públicas de esporte e lazer.

A Conferência Estadual constitui um espaço democrático de participação social e de construção coletiva de diretrizes para o fortalecimento das políticas públicas do setor. Nesse sentido, tem como objetivo central contribuir para a (re)construção e o fortalecimento do Sistema Estadual de Esporte e Lazer, articulado aos sistemas municipais, buscando compreender a realidade atual, identificar desafios estruturais e apontar caminhos que possibilitem o desenvolvimento sustentável e inclusivo do esporte e do lazer no Estado de Mato Grosso do Sul.

O esporte e o lazer devem ser compreendidos como direitos sociais fundamentais e como importantes instrumentos de promoção da saúde, da educação, da cidadania, da inclusão social e da qualidade de vida da população. Entretanto, ainda persistem desafios significativos relacionados à desigualdade no acesso às práticas esportivas e às atividades de lazer, à insuficiência de espaços e equipamentos públicos adequados, à limitação de recursos materiais e humanos, bem como às dificuldades de planejamento, gestão e financiamento das políticas públicas do setor.

Nesse contexto, torna-se fundamental enfrentar a exclusão de parcelas da população que ainda não têm acesso regular às práticas esportivas e de lazer, ampliando oportunidades e garantindo condições para a participação de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência. Igualmente importante é analisar as condições de desenvolvimento do esporte de rendimento, considerando a formação de atletas, a estrutura de treinamento disponível e as perspectivas de fortalecimento das diferentes modalidades esportivas.

A Conferência também deve promover uma reflexão sobre o aproveitamento responsável dos recursos naturais para a prática esportiva, a ampliação e qualificação da infraestrutura esportiva e de lazer, e a necessidade de políticas integradas que considerem as especificidades regionais e municipais do Estado.

Os debates propostos pelos eixos temáticos devem contribuir para o fortalecimento do Sistema Estadual de Esporte e Lazer e para a consolidação dos sistemas municipais, reconhecendo a importância da articulação entre o poder público, as entidades esportivas, as organizações da sociedade civil, as instituições de ensino e pesquisa e os demais atores sociais envolvidos na promoção do esporte e do lazer.

Por fim, a Conferência representa uma oportunidade estratégica para construir consensos, formular propostas e estabelecer diretrizes capazes de orientar políticas públicas mais inclusivas, democráticas e eficazes, garantindo que o esporte e o lazer se afirmem, de fato, como direitos de todos e dever do Estado.

Prof. Dr. Silvio Lobo Filho
Presidente da Comissão de Organização da Conferência Estadual de Esporte e Lazer de MS

Dimensões do esporte segundo a Lei Geral do Esporte

Para a organização das políticas públicas de esporte e lazer, é importante considerar as dimensões ou níveis da prática esportiva estabelecidos pela **Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023)**, que estruturam a atuação do poder público e das instituições esportivas.

A legislação define **três níveis da prática esportiva**, que devem ser compreendidos de forma integrada e complementar:

1. Formação esportiva

A formação esportiva corresponde ao conjunto de processos pedagógicos e de aprendizagem voltados à iniciação e ao desenvolvimento das habilidades esportivas. Seu objetivo é proporcionar o acesso ao esporte, especialmente para crianças e adolescentes, contribuindo para a formação integral do indivíduo, o desenvolvimento de valores sociais e a descoberta de talentos esportivos.

Esse nível inclui atividades de iniciação esportiva, aprendizagem das modalidades, desenvolvimento técnico progressivo e participação em competições educativas como parte do processo formativo.

2. Excelência esportiva

A excelência esportiva refere-se ao desenvolvimento do esporte voltado ao **alto rendimento e à competição**, envolvendo treinamento sistemático, aperfeiçoamento técnico e participação em competições de diferentes níveis.

Nesse campo situam-se as políticas de desenvolvimento de atletas, centros de treinamento, programas de alto rendimento e preparação para competições nacionais e internacionais.

3. Esporte para toda a vida

O esporte para toda a vida compreende as práticas esportivas e atividades físicas voltadas à **participação da população em geral**, ao lazer, à promoção da saúde, ao bem-estar e à convivência social.

Inclui práticas recreativas, atividades físicas regulares, esporte comunitário, esporte social, esporte adaptado, esporte para pessoas com deficiência e atividades voltadas a diferentes faixas etárias da população.

Essa dimensão busca garantir que o esporte seja efetivamente um **direito de todos**, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e a promoção da cidadania.

ESTRUTURA PADRÃO DOS EIXOS DA CONFERÊNCIA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Apresenta o conceito central do eixo e sua importância para o **Sistema Estadual de Esporte e Lazer**.

2. FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E POLÍTICOS

Explica os princípios que orientam o eixo (direito social, democratização do acesso, gestão pública, inclusão social etc.).

3. DESAFIOS ATUAIS

Aponta os principais problemas e limitações existentes no estado e nos municípios.

4. DIRETRIZES PARA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA

Indica caminhos e princípios que devem orientar as políticas públicas.

5. QUESTÕES ORIENTADORAS PARA DEBATE

Lista de perguntas para estimular as propostas da conferência.

COMO FICARIAM OS QUATRO EIXOS:

EIXO I - ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, AGENTES E COMPETÊNCIAS DO SISTEMA

Tema central:

- Como organizar o **Sistema Estadual de Esporte e Lazer**
- Quem participa do sistema
- Quais são as responsabilidades de cada ente
- Articulação entre **União, Estado e Municípios**

Principais temas:

- Governança do sistema
- Papel das entidades esportivas
- Articulação público–privada
- Infraestrutura esportiva
- Inclusão social

EIXO II - RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

Tema central:

- Formação e qualificação dos **agentes sociais do esporte e lazer**

Principais temas:

- Profissionais de educação física
- Gestores esportivos
- Técnicos e treinadores
- Monitores e agentes comunitários
- Formação continuada
- Plano Estadual e Planos Municipais de Capacitação
- Participação das universidades

EIXO III - GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONTROLE SOCIAL

Tema central:

- Participação da sociedade na formulação e fiscalização das políticas de esporte e lazer.

Principais temas:

- Conselhos de esporte
- Conferências
- Transparência na gestão
- Participação da comunidade
- Controle social das políticas públicas
- Articulação entre governo e sociedade civil

EIXO IV - FINANCIAMENTO DO ESPORTE

Tema central:

- Como garantir **recursos estáveis e suficientes** para o desenvolvimento do esporte e do lazer.

Principais temas:

- Orçamento público
- Fundos de esporte
- Leis de incentivo
- Parcerias institucionais
- Financiamento do esporte educacional, de participação e de rendimento
- Critérios de distribuição de recursos

EIXO I – ESTRUTURA: ORGANIZAÇÃO, AGENTES E COMPETÊNCIAS

A estrutura do sistema de esporte e lazer corresponde ao conjunto de elementos que organizam, dinamizam e materializam seus princípios e finalidades nas bases concretas da realidade social. Ela se expressa nas entidades que o compõem, na infraestrutura oferecida, nos recursos materiais disponíveis e nos sujeitos responsáveis por sua efetivação.

Essa organização expressa as relações estabelecidas entre entidades e sujeitos, a partir do papel que cada um assume no sistema, em determinado momento, para atender às condições concretas da realidade do município, do Estado ou da União. Trata-se, portanto, de uma estrutura dinâmica, cujo movimento reflete as relações de poder presentes nesse campo social.

O sistema é resultado da correlação de forças entre diferentes agentes: gestores de políticas públicas, dirigentes de entidades públicas e privadas, profissionais da área e usuários das políticas de esporte e lazer. Por essa razão, o sistema deve manter-se aberto e permeável à participação de novas entidades e organizações, bem como à ampliação ou redefinição qualitativa do papel exercido por seus integrantes em seu processo de construção e consolidação.

Nesse sentido, é fundamental que a organização do sistema se baseie em princípios de descentralização, respeitando a autonomia e os interesses dos diversos atores envolvidos, ao mesmo tempo em que estabelece vínculos institucionais que possibilitem a articulação horizontal e vertical nos processos de tomada de decisão. Tal organização deve respeitar os marcos políticos, normativos e constitucionais existentes, sem deixar de considerar a possibilidade de sua ampliação ou revisão, sempre que necessário, a partir de estudos e debates realizados pela comunidade esportiva e pela sociedade.

Participam do sistema todos aqueles que possuem relação direta ou indireta com o esporte e o lazer, em suas diferentes dimensões. Incluem-se tanto os agentes responsáveis por sua promoção quanto os usuários que se beneficiam de seus produtos e serviços, como programas, infraestrutura e ações institucionais.

Cada participante assume responsabilidades específicas dentro do sistema, de acordo com a natureza de sua participação e com o tipo de relação estabelecida com o esporte e o lazer. Assim, a responsabilidade tende a ser maior quando o agente exerce papel ativo na organização, no financiamento, na formulação de políticas públicas, na formação profissional ou no controle social das ações desenvolvidas. Na medida em que se reduz esse protagonismo, também se reduzem as responsabilidades assumidas no âmbito do sistema.

Quando se fala em estrutura do sistema de esporte e lazer, refere-se ao conjunto de instituições, organizações sociais e entidades esportivas, com seus respectivos marcos normativos, funções e finalidades, bem como à infraestrutura existente, à

capacidade financeira, aos serviços oferecidos e aos sujeitos que as compõem — dirigentes, trabalhadores e usuários. Esses atores, ainda que preservando sua autonomia institucional, aproximam suas ações e objetivos dos princípios, diretrizes e metas do sistema nacional de esporte e lazer.

Nesse contexto, torna-se fundamental refletir sobre quais instituições, entidades e organizações sociais devem compor o sistema de esporte e lazer e qual papel cada uma delas deverá desempenhar para que os princípios e objetivos do sistema sejam efetivamente concretizados.

No âmbito público, destacam-se os órgãos federais, estaduais e municipais, tanto da administração direta quanto indireta. No âmbito privado, incluem-se confederações, federações, ligas, clubes esportivos e sociais, empresas e o chamado Sistema S. Já no âmbito do terceiro setor, participam organizações da sociedade civil, como organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e entidades representativas de movimentos sociais.

A definição das competências dessas instituições e organizações deve considerar suas características específicas e as responsabilidades que lhes cabem no sistema, respeitando sua autonomia institucional e sua relevância no processo de tomada de decisão sobre as questões gerais e específicas do esporte e do lazer.

A adequada definição dessas competências deve contribuir para a otimização de recursos e ações, possibilitando enfrentar um dos principais desafios das políticas públicas de esporte e lazer na atualidade: a promoção da inclusão social.

Inclusão social pelo esporte e pelo lazer

A inclusão social por meio do esporte e do lazer consiste na utilização das práticas esportivas e das atividades de lazer como instrumentos de integração social, ampliação de oportunidades e promoção do desenvolvimento humano.

Trata-se de garantir que o acesso ao esporte e ao lazer seja efetivamente democrático, alcançando especialmente populações em situação de vulnerabilidade social, econômica ou cultural.

Entre os principais objetivos da inclusão social por meio do esporte e do lazer destacam-se:

- Ampliar o acesso e a participação da população nas práticas esportivas, independentemente de renda, gênero, idade ou condição física;
- Promover a integração entre diferentes grupos sociais e fortalecer o convívio comunitário;
- Estimular valores relacionados à cidadania, como respeito, cooperação, solidariedade e responsabilidade;
- Contribuir para o desenvolvimento pessoal, a saúde física e mental e a melhoria da qualidade de vida.

Diversas iniciativas podem contribuir para esse processo, como projetos esportivos voltados para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, programas de paradesporto para pessoas com deficiência, atividades esportivas em comunidades periféricas ou rurais, ações de prevenção à violência e ao uso de drogas e programas voltados para idosos e outros grupos socialmente excluídos.

Assim, no âmbito das políticas públicas, promover inclusão social por meio do esporte significa assegurar que o esporte e o lazer sejam reconhecidos e garantidos como direitos de todos, não se restringindo ao esporte de alto rendimento, mas afirmando-se também como instrumentos de educação, saúde, desenvolvimento social e cidadania.

Em síntese, inclusão social pelo esporte e pelo lazer significa utilizar essas práticas como meios de redução das desigualdades, ampliação de oportunidades e fortalecimento da participação social.

Questões relevantes sobre a estrutura do sistema

- Como deve ser concebido o Sistema Estadual de Esporte e Lazer? Qual deve ser sua estrutura organizacional e quais competências devem ser atribuídas a cada instância?
- Quais instituições, órgãos públicos e entidades privadas — associações, ligas, federações, confederações, comitês, conselhos e organizações da sociedade civil — devem compor o sistema?
- Quais são as finalidades de cada uma dessas instituições e como elas se articulam com os princípios, diretrizes e objetivos do sistema nacional?
- Como essas instituições devem se relacionar para compartilhar responsabilidades nos processos de tomada de decisão e na operacionalização das políticas públicas?
- Como comprometer o conjunto das instituições e entidades esportivas e de lazer com o princípio da inclusão social?
- Em que termos deve ocorrer a pactuação entre os diferentes agentes para promover a adesão de instituições com interesses diversos em torno de objetivos comuns?
- Como estimular entidades públicas e privadas a contribuir para o desenvolvimento mais amplo do esporte e do lazer, considerando que seus resultados muitas vezes se manifestam no médio e longo prazo?
- Quais protocolos de adesão devem ser estabelecidos para incorporar e articular a participação da União, dos Estados e dos Municípios?
- Quais ajustes na legislação esportiva brasileira seriam necessários para garantir a execução da Política Nacional do Esporte por meio do novo sistema?
- Quais são as implicações do pacto federativo para a organização e o funcionamento do sistema?
- Como garantir o trabalho intersetorial entre as instituições e entidades que compõem o sistema?

- Como o esporte de participação e o esporte de lazer devem estar organizados dentro da estrutura do sistema?
- Qual deve ser a relação entre esporte e educação nas políticas públicas?
- Como o sistema deve tratar o esporte de alto rendimento ou de excelência?
- Devem existir mecanismos de regulação para o esporte de excelência?
- Quais instituições ou estruturas devem ser responsáveis pela produção, sistematização e difusão do conhecimento sobre esporte e lazer, bem como pela documentação e informação na área?

EIXO II – RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

Compreendendo a importância da estrutura, da organização dos agentes e da definição de competências no Sistema Estadual de Esporte e Lazer, torna-se fundamental, no processo de sua consolidação, tratar do conjunto de pessoas responsáveis pela implementação, gestão e desenvolvimento das políticas e ações nesse campo.

O sistema estadual constitui-se como uma articulação entre entidades públicas, instituições privadas e organizações da sociedade civil, bem como entre os diferentes sujeitos que atuam nesse campo social. Essa articulação se organiza por meio de pactos institucionais, cooperação e adesão entre os diversos atores envolvidos, materializando-se na prática cotidiana das políticas, programas e projetos desenvolvidos no âmbito do esporte e do lazer.

Os recursos humanos do sistema correspondem, portanto, ao conjunto de pessoas que atuam em seus diversos níveis e dimensões: gestores públicos, profissionais da área de educação física e esporte, técnicos, treinadores, pesquisadores, professores, dirigentes de entidades esportivas, animadores socioculturais, monitores, voluntários e demais agentes que contribuem para a promoção das práticas esportivas e das atividades de lazer.

De acordo com a natureza e a competência de cada entidade, instituição ou organização social vinculada ao sistema, variam os papéis desempenhados e os níveis de formação exigidos dos sujeitos que nele atuam. Nesse contexto, torna-se necessário ampliar a compreensão sobre o perfil e a diversidade de trabalhadores envolvidos nesse campo de atuação.

Nesse sentido, vem sendo utilizada a denominação **Agentes Sociais de Esporte e Lazer**, expressão que busca abarcar a diversidade de profissionais e trabalhadores que atuam no sistema, reconhecendo a pluralidade de funções existentes na estrutura organizacional do esporte e do lazer. Esse conceito amplia o entendimento sobre quem participa da promoção dessas políticas e permite reconhecer o papel de diferentes sujeitos no desenvolvimento das ações voltadas à comunidade.

O debate sobre os recursos humanos vinculados ao sistema deve ser aprofundado durante a Conferência Estadual de Esporte e Lazer, considerando a necessidade de qualificação permanente dos profissionais e agentes envolvidos, bem como o fortalecimento das condições institucionais para o exercício de suas atividades.

A elevação da qualificação dos trabalhadores do setor deve constituir-se em uma das prioridades do sistema. Nesse sentido, torna-se fundamental estabelecer uma ação articulada entre as instituições formadoras, as universidades, os centros de pesquisa, as redes de ensino e os órgãos governamentais responsáveis pelas políticas públicas, de

modo a avaliar as demandas reais do sistema e organizar programas amplos de formação inicial e continuada.

A qualificação dos recursos humanos deve contribuir diretamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Sistema Estadual de Esporte e Lazer à população, garantindo que a atuação dos profissionais esteja alinhada aos princípios, diretrizes e objetivos das políticas públicas do setor.

Para tanto, é necessário considerar diferentes dimensões da formação dos agentes sociais do esporte e do lazer, incluindo:

- **A formação inicial**, voltada à preparação de novos profissionais e agentes para atuar no sistema;
- **A formação em serviço**, destinada à qualificação de trabalhadores que já atuam nas instituições e programas existentes;
- **A formação continuada**, que possibilita atualização permanente, aperfeiçoamento profissional e incorporação de novas metodologias e conhecimentos;
- **A formação para gestão e planejamento**, destinada à qualificação de gestores públicos e dirigentes de entidades esportivas.

Outro aspecto fundamental refere-se à necessidade de ampliar as oportunidades de formação em regiões onde há menor presença de instituições de ensino superior ou centros de formação profissional, garantindo que todos os municípios tenham condições de qualificar seus agentes e fortalecer suas políticas locais de esporte e lazer.

No contexto de ampliação e democratização do acesso ao esporte e ao lazer, torna-se igualmente necessário envolver um número cada vez maior de agentes sociais capazes de apoiar, orientar e estimular a população na prática das atividades esportivas e recreativas. Para isso, é importante desenvolver programas especiais de formação e capacitação, sob orientação e coordenação dos órgãos governamentais responsáveis pelas áreas de educação, esporte e lazer, ampliando as possibilidades de qualificação em todo o território estadual.

Nesse sentido, torna-se indispensável a elaboração e implementação de um **Plano Estadual de Capacitação em Esporte e Lazer**, articulado com os **Planos Municipais de Capacitação em Esporte e Lazer**. Esses instrumentos de planejamento devem estabelecer diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores voltados à formação continuada de profissionais, gestores e agentes sociais que atuam no setor.

O Plano Estadual de Capacitação deve buscar integrar esforços entre o Estado, os municípios, as instituições de ensino e as organizações da sociedade civil, contribuindo para a qualificação das políticas públicas, a ampliação do acesso da população às práticas esportivas e o fortalecimento do desenvolvimento esportivo e do lazer em todo o Estado.

Da mesma forma, os Planos Municipais de Capacitação em Esporte e Lazer devem orientar as ações de formação no âmbito local, promovendo a qualificação de profissionais e agentes sociais que atuam diretamente junto às comunidades, contribuindo para a melhoria da gestão, da oferta de atividades e da qualidade dos serviços prestados à população.

Assim, a política de formação de recursos humanos deve ser compreendida como um dos pilares estruturantes do Sistema Estadual de Esporte e Lazer, sendo fundamental para garantir sua sustentabilidade, eficiência e capacidade de promover inclusão social, desenvolvimento humano e ampliação dos direitos de acesso ao esporte e ao lazer.

Questões relevantes sobre recursos humanos e formação

- Quem pode ser considerado **agente do Sistema de Esporte e Lazer**?
- Qual deve ser o perfil dos profissionais responsáveis pelo ensino, treinamento, gestão e organização das práticas esportivas nas diferentes instituições da comunidade?
- Como reconhecer e valorizar a diversidade de trabalhadores que atuam no campo do esporte e do lazer?
- Qual deve ser a participação das **instituições de ensino superior** na formação, pesquisa e produção de conhecimento na área?
- Como descentralizar as oportunidades de formação e capacitação para atender às diferentes regiões do Estado?
- Que programas de formação inicial e continuada seriam necessários para atender às demandas do sistema?
- Como articular as políticas de formação de agentes do esporte e do lazer com o **Sistema Nacional de Educação**?
- Deve existir uma estrutura específica de formação para os agentes do sistema ou essa formação deve ocorrer prioritariamente no âmbito das instituições educacionais existentes?
- Como estabelecer uma **política permanente de capacitação e valorização profissional** para os trabalhadores do esporte e do lazer?
- De que forma o Plano Estadual de Capacitação pode se articular com os Planos Municipais de Capacitação em Esporte e Lazer?

EIXO III – GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONTROLE SOCIAL

A consolidação de uma política pública de esporte e lazer efetivamente comprometida com o interesse coletivo exige a construção de mecanismos de gestão democrática e de participação social. Nesse contexto, o Sistema Estadual de Esporte e Lazer deve ser estruturado de forma a garantir a participação ativa da sociedade na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas do setor.

A gestão democrática pressupõe a construção de processos transparentes, participativos e descentralizados de tomada de decisão, nos quais o poder público compartilha responsabilidades com a sociedade civil organizada, entidades esportivas, instituições de ensino, movimentos sociais e demais atores envolvidos com o esporte e o lazer.

A participação social constitui elemento essencial para fortalecer a legitimidade das políticas públicas, ampliar o controle social sobre a aplicação dos recursos públicos e garantir que as ações desenvolvidas estejam alinhadas às necessidades e demandas da população.

Nesse sentido, torna-se fundamental a criação e o fortalecimento de instâncias institucionais de participação, tais como conselhos de esporte e lazer, fóruns de debate, conferências periódicas e outros espaços de diálogo entre governo e sociedade.

Os **Conselhos de Esporte e Lazer**, em âmbito estadual e municipal, representam importantes instrumentos de gestão democrática, pois possibilitam a participação de representantes do poder público e da sociedade civil na discussão e deliberação sobre políticas, programas, projetos e investimentos na área. Esses conselhos devem atuar de forma autônoma, plural e representativa, contribuindo para o planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

As **Conferências de Esporte e Lazer**, por sua vez, constituem espaços ampliados de debate e construção coletiva de propostas, reunindo representantes do poder público, entidades esportivas, organizações da sociedade civil, profissionais da área e cidadãos interessados na formulação de diretrizes para o desenvolvimento do esporte e do lazer.

Outro aspecto fundamental da gestão democrática refere-se à **transparência na gestão pública**, garantindo que informações sobre planejamento, execução de programas, investimentos e resultados estejam acessíveis à população. A transparência fortalece a confiança nas instituições e permite que a sociedade acompanhe e avalie a efetividade das políticas públicas.

A construção de uma gestão democrática no esporte e no lazer exige também o fortalecimento da **articulação entre os diferentes níveis de governo** – União, Estados e

Municípios –, bem como a integração entre diferentes áreas de políticas públicas, como educação, saúde, assistência social, cultura, turismo e desenvolvimento social.

O desenvolvimento de políticas intersetoriais amplia o alcance das ações de esporte e lazer, permitindo que essas atividades contribuam de forma mais efetiva para a promoção da saúde, da educação, da inclusão social e da qualidade de vida da população.

Assim, a gestão democrática e o controle social devem ser compreendidos como pilares fundamentais para o fortalecimento do Sistema Estadual de Esporte e Lazer, garantindo que suas políticas sejam construídas de forma participativa, transparente e orientada pelo interesse público.

Questões relevantes sobre gestão democrática e controle social

- Como garantir a participação efetiva da sociedade na formulação e implementação das políticas públicas de esporte e lazer?
- Como devem ser estruturados os **Conselhos Estaduais e Municipais de Esporte e Lazer**?
- Qual deve ser o papel dos conselhos no planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas públicas?
- Como fortalecer as conferências como espaços permanentes de debate e construção coletiva de propostas?
- Como garantir maior transparência na gestão das políticas de esporte e lazer?
- Como ampliar a participação de diferentes segmentos sociais nos processos de decisão?
- De que forma o sistema pode estimular a participação das comunidades locais na organização das atividades esportivas e de lazer?
- Como promover a articulação entre governo, entidades esportivas e organizações da sociedade civil?
- Como assegurar a integração entre as políticas de esporte e lazer e outras políticas públicas, como educação, saúde e assistência social?
- Quais mecanismos podem ser adotados para fortalecer o controle social sobre a aplicação dos recursos públicos destinados ao esporte e ao lazer?

EIXO IV – FINANCIAMENTO DO ESPORTE E DO LAZER

A implementação de políticas públicas consistentes e permanentes de esporte e lazer depende, de forma decisiva, da existência de mecanismos estáveis e adequados de financiamento. A disponibilidade de recursos financeiros constitui condição essencial para garantir a continuidade de programas, a ampliação do acesso da população às práticas esportivas e a melhoria da infraestrutura e dos serviços oferecidos.

O financiamento do esporte e do lazer deve ser compreendido como parte integrante das políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento humano, da inclusão social e da qualidade de vida da população. Nesse sentido, o investimento público no setor deve ser reconhecido como estratégico para a promoção da cidadania e para a redução das desigualdades sociais.

No âmbito do Sistema Estadual de Esporte e Lazer, o financiamento deve ocorrer de forma articulada entre os diferentes níveis de governo – União, Estados e Municípios – respeitando as competências de cada ente federativo e buscando garantir a complementaridade das ações desenvolvidas.

Uma política de financiamento eficiente deve considerar a diversidade das manifestações esportivas, contemplando o **esporte educacional/ esporte de formação, o esporte para toda vida, e o esporte de excelência**, assegurando que todas essas dimensões recebam atenção adequada por parte do poder público.

Além dos recursos orçamentários diretos, o financiamento das políticas de esporte e lazer pode contar com diferentes mecanismos e instrumentos, tais como fundos públicos específicos, programas de incentivo ao esporte, parcerias institucionais, convênios e outras formas de cooperação entre o poder público, a iniciativa privada e as organizações da sociedade civil.

Nesse contexto, destaca-se a importância da criação e fortalecimento de **Fundos Estaduais e Municipais de Esporte e Lazer**, que podem contribuir para a organização e a transparência na gestão dos recursos destinados ao setor, além de permitir maior estabilidade no financiamento das políticas públicas.

Outro instrumento relevante refere-se às **leis de incentivo ao esporte**, que possibilitam a mobilização de recursos privados por meio de mecanismos de renúncia fiscal, estimulando empresas e instituições a apoiar projetos esportivos e programas de desenvolvimento do esporte e do lazer.

Entretanto, é fundamental que esses mecanismos de financiamento sejam orientados por critérios transparentes e democráticos de distribuição de recursos, garantindo que os investimentos atendam às prioridades definidas pelas políticas públicas e promovam o acesso amplo e equitativo da população às práticas esportivas e de lazer.

A gestão eficiente dos recursos também exige planejamento, monitoramento e avaliação permanentes, assegurando que os investimentos realizados gerem impactos positivos para a sociedade e contribuam para o fortalecimento do Sistema Estadual de Esporte e Lazer.

Assim, o debate sobre financiamento deve buscar identificar formas de ampliar os recursos disponíveis para o setor, melhorar sua distribuição e garantir maior eficiência na aplicação dos investimentos, fortalecendo as políticas públicas e ampliando o acesso da população ao esporte e ao lazer.

Questões relevantes sobre financiamento do esporte e do lazer

- Quais devem ser as principais fontes de financiamento das políticas de esporte e lazer no Estado e nos municípios?
- Como garantir recursos estáveis e permanentes para o desenvolvimento das políticas públicas do setor?
- Qual deve ser o papel do orçamento público no financiamento do esporte e do lazer?
- Como estruturar **Fundos Estaduais e Municipais de Esporte e Lazer**?
- Quais critérios devem orientar a distribuição dos recursos entre diferentes programas e modalidades esportivas?
- Como equilibrar o financiamento entre o esporte educacional, o esporte de participação e o esporte de rendimento?
- Como ampliar o uso de **leis de incentivo ao esporte** e outras formas de captação de recursos?
- Como estimular parcerias entre poder público, iniciativa privada e organizações da sociedade civil?
- Quais mecanismos de transparência e controle devem ser adotados na gestão dos recursos?
- Como garantir que os investimentos em esporte e lazer contribuam para a inclusão social e a democratização do acesso às práticas esportivas?